

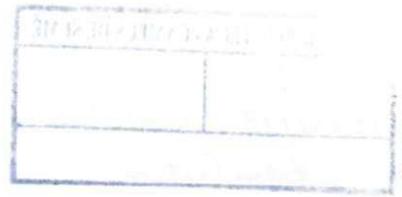


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO**

MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**O PAPEL DAS MULHERES NA COLÔNIA DE PESCADORES DE
CAMALAUÍ-PB, SOB A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

**SUMÉ - PB
2013**



MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**O PAPEL DAS MULHERES NA COLÔNIA DE PESCADORES DE
CAMALAUÍ-PB, SOB A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

O papel das mulheres na colônia de pescadores de
Camalaú - PB, sob a prática da economia solidária.
Maricélio Januário da Silva - 2013 - PPG - PPG - PPG

III

Prof. Me. Robson Fernandes Barbosa
Tecnologia Social - Instituto Federal de
Camalaú - Curso de Pesca e Turismo Sustentável do
Instituto de Empreendedorismo Econômico e
de Especialização em Educação de Jovens
e Adultos

**Monografia apresentada ao Curso
Especialização em Educação de Jovens e
Adultos com Ênfase em Economia
Solidária no Semiárido Paraibano, como
pré-requisitos para a obtenção do título de
Especialista.**

! Economia solidária é uma relação de gênero.
Tecnologia social: linha de busca - Camalaú - PB. A
Mulheres na pesca - PB. A colônia de pescadores -
Camalaú-PB. Pesca - Curso Formação, Inglês.

Orientador: Professor. Me. Robson Fernandes Barbosa



S586p Silva, Maricélio Januário da.

O papel das mulheres na colônia de pescadores de Camalaú – PB, sob a prática da economia solidária. / Maricélio Januário da Silva. – Sumé - PB: [s.n], 2013.

41 f.

Orientador: Prof. Me. Robson Fernandes Barbosa.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.

1.Economia solidária. Conte. 2. Relação de gênero. 3. Tecnologia social. Traíra desfiada – Camalaú - PB. 4. Mulheres na pesca – PB. 5. Colônia de pescadores – Camalaú-PB. 6. Pesca – Cariri Paraibano I. Título.

CDU: 33(043.5)

MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**O PAPEL DAS MULHERES NA COLÔNIA DE PESCADORES DE
CAMALAUÍ-PB, SOB A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de Jovens e Adultos
com Ênfase em Economia Solidária no
Semiárido Paraibano, como requisito parcial
para a obtenção do título de Especialista.**

Aprovada em 15 de outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:



**Prof. Me. Orientador Robson Fernandes Barbosa
Orientador**



**Profª Drª. Examinadora Lenilde Mérgia Ribeiro Lima
Examinadora**



**Me. Johnny Rodrigues Barbosa
Examinador**

SUMÉ – PB

DEDICATÓRIA

Dedico com imensa alegria este trabalho a Deus, Senhor da minha vida, condutor dos meus passos. A todos os meus familiares, pessoas que amo e são os primeiros a fazer parte da nossa existência, principalmente aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a Escola, que carregam consigo experiências valiosas de vida. Aos amigos, que incentivaram e apoiaram com palavras de encorajamento, quando as dificuldades surgiam. Ao povo de Camalaú, meu berço, minha terra, que tem na sua gente a força, a fé e a coragem de sobreviver nas terras do Cariri.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e coragem nos muitos momentos de dificuldades. Aos professores do curso de Especialização pelo o aprendizado, especialmente o mestre Orientador Robson Fernandes Barbosa. A esposa Nadieje e minha filha Mirelle, pessoas que amo e com quem compartilho os mais diversos momentos. Meus pais, com que aprendi os primeiros passos na caminhada da vida. Aos muitos familiares que nos apoiam com palavras de incentivo. Aos amigos e colegas de profissão, meu reconhecimento. Ao povo de Camalaú, minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente artigo refere-se a um estudo realizado na Colônia de Pescadores de Camalaú-Paraíba, tendo como objetivo analisar o papel das mulheres na Colônia e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se identificar práticas de economia solidária das mulheres associadas na Colônia de Pescadores, analisar as relações de gênero existentes e a sua importância na estrutura organizacional e atividades produtivas da Colônia, ainda, caracterizar a produção da “Traíra Desfiada” como sendo uma Tecnologia Social. O método utilizado na pesquisa foi de natureza descritiva e exploratória com abordagem quali-quantitativa e na análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Como técnicas de coleta de dados fez-se a observação *in loco* e aplicação de questionário. Os sujeitos da pesquisa foram as mulheres associadas da COPESCA. A pesquisa abordou temas como Economia Solidária, Associativismo, Trabalho e Relação de Gênero, analisando a relação entre a maximização do espaço feminino na Colônia, a eficiência e as inovações das atividades produtivas. Detectou-se que as mulheres desenvolvem um projeto de cunho social, econômico e ambiental no intuito de buscar a sustentabilidade de suas atividades produtivas e através destas, beneficiam e processam a espécie de peixe Traíra (*hoplias malabaricus*), produto com pouco valor de mercado, originando como subproduto a Traíra Desfiada. Como resultado, percebeu-se que a ampliação do espaço ocupado pelas mulheres na Colônia é de extrema importância no desenvolvimento de tecnologias, caracterizadas como Tecnologias Sociais. Estas sendo, responsáveis pela geração e aumento de renda, valorização dos produtos oriundos da atividade pesqueira e afirmação da mulher em uma atividade historicamente desempenhada pelo gênero masculino, configurando-se assim, um espaço de trabalho coletivo norteado a luz dos princípios da Economia Solidária. As mulheres notoriamente consolidaram sua participação política na Colônia e conseqüentemente ganharam espaço na sua estrutura administrativa. Conclui-se que, a relação de gênero faz-se necessária nas organizações coletivas e solidárias, afim de, que se diversifique o trabalho frente às aptidões presentes entre os(as) associados(as) e que se amplifiquem as possibilidades produtivas nas mesmas. Sugere-se que se fortifique a presença dos princípios de Economia Solidária na Colônia, que as práticas caracterizadas como sendo Tecnologias Sociais sejam disseminadas a outras associações e que o papel das mulheres se legitime perante os benefícios decorrentes do seu trabalho.

Palavras-chave: Economia Solidária, Relação de Gênero, Tecnologia Social, COPESCA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	09
2.1 CONCEITOS DE ASSOCIATIVISMO.....	09
2.2 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	11
2.3 DISCUTINDO A TECNOLOGIA SOCIAL.....	14
2.4 A RELAÇÃO DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	20
3.2 LOCAL DE ESTUDO.....	20
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA.....	21
3.4 HISTÓRICO DA COPESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	21
3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	22
3.6 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5 CONCLUSÕES.....	32
6 SUGESTÕES.....	33
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	37
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	39
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL DA COPESCA.....	41

1 INTRODUÇÃO

Desde que há memória a pesca sempre fez parte das culturas humanas, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a inúmeras comunidades. O pescador é o profissional que utiliza instrumentos como varas, iscas, redes e barcos pesqueiros para retirar do meio aquático (água doce ou salgada) principalmente peixes, moluscos e crustáceos, que servirão de alimento à própria família e também para comércio.

Não existe formação mínima necessária para ser um pescador, esse é um exemplo de profissão de livre formação, ou seja, o aprendizado vem com a prática. Geralmente, por ser a forma de sustento de muitas famílias, o ofício é repassado de geração a geração, e muitas vezes, a família inteira trabalha com a pesca. O reconhecimento como profissional da pesca só vem com a carteira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, que possui várias modalidades, que vão de pesca industrial a artesanal e até de aprendizes.

Sabendo-se, que inicialmente, as atividades das mulheres, resumia-se a confeccionar e consertar artesanalmente as redes de pescas e tarrafas, cuidar de comercializar os produtos pescados e ainda, acompanhar os esposos nas atividades diárias como ajudantes. Afinal, a mulher era uma figura altamente importante no processo de geração de renda no núcleo familiar, porém, não valorizada.

Historicamente, a mulher foi a responsável direta no processo de criação e educação dos filhos. Sendo os seus afazeres domésticos vistos como simples ocupação e, na sociedade patriarcal ela nunca ocupou o seu devido espaço. Porém, as mulheres da contemporaneidade não aceitam mais tal situação, sendo elas próprias construtoras do seu destino. A mulher conseguiu emancipar-se, adquiriu os mesmos direitos e prerrogativas até então, espaço reservados exclusivamente aos homens. Mas não podemos negar que muitos avanços ocorreram.

Este trabalho formou-se a partir de um estudo realizado na Colônia de Pescadores de Camalaú-Paraíba entre os meses de Junho e setembro de 2013.

O problema de pesquisa teve como pergunta saber se o papel das mulheres na Colônia de Pescadores e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária?

O presente trabalho constou como objetivo analisar o papel das mulheres na Colônia de Pescadores e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária. E como objetivos específicos, analisar as relações de gênero existentes e a sua importância na estrutura

organizacional e atividades produtivas da Colônia, caracterizar a produção da “Traíra Desfiada” como sendo uma Tecnologia Social.

Na pesquisa, a metodologia utilizada foi de natureza descritiva e exploratória com abordagem quali-quantitativa, e na análise dos dados, aplicou-se o método estatístico descritivo.

Quanto à técnica de coleta de dados utilizamos a observação *in loco*, aplicação de questionário com as associadas da Colônia de Pescadores de Camalaú - COPESCA, sujeitos participantes da pesquisa.

O trabalho divide-se em: introdução, revisão literária, metodologia, atividades desenvolvidas, conclusões, sugestões, referencias, apêndices e anexos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONCEITOS DE ASSOCIATIVISMO

Segundo Rampaso (2010), “pode-se concluir que associação é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída por um conjunto de pessoas que consentem em reunir esforços para a consecução de um ideal comum, sem fins lucrativos”. Por sua vez, ocupa uma considerável rede de atores sociais, organizados em associações de moradores, grupos religiosos, pescadores, agricultores, rendeiras, caprinocultura, organizações não governamentais, etc. Com isso, na associação várias pessoas lutam com a mesma finalidade: pelas conquistas para as comunidades carentes, utilizando da união do grupo organizado democraticamente.

A dimensão associativa da ordem social é um tema de crescente relevância na discussão acadêmica, em particular com relação aos países de redemocratização recente – ou “neodemocracias”, como as rotulou Schmitter (1993) –, devido à revitalização da ação societária e à restauração das mediações entre Estado e sociedade.

Os socialistas utópicos Proudhon, Fourier e Owen, deram as bases teóricas ao movimento associativista. E embora impusessem uma crítica ao capitalismo, entendiam que havia a possibilidade do estabelecimento de um acordo entre as classes sociais. Em outras palavras, havia uma crítica ao capitalismo cujo enfrentamento era uma proposta de reforma social, no âmbito do próprio capitalismo. Um apaziguamento da exploração com a manutenção da lógica do modo-de-produção vigente, isto é, a mesma base econômica, as mesmas instituições e a mesma ideologia (GERMER, 2007).

Já Ricciardi e Lemos (2000), ressaltam que “o trabalho em grupo surgiu por imposições da necessidade, mas, com o crescimento do grupo e o aumento dos seus propósitos, foi preciso adotar algumas medidas para regular o relacionamento entre seus membros”. Por isso, a força de várias pessoas juntas pode desempenhar ideias positivas que favoreçam a qualidade de vida do grupo, exercendo um papel consciente e impondo limites quando necessário.

Ainda para Ricciardi e Lemos (2000), “nota-se que pessoas com vivência em ações comunitárias com melhor noção de participação, têm maior consciência sobre o significado e a importância das ações coletivas”. Contudo, é fundamental o conhecimento em determinadas áreas, principalmente quando estamos no referindo a organizações do terceiro setor, por isso, as

ações coletivas procuram através da união e das informações melhorar as atividades comunitárias.

A prática do associativismo existe há séculos e tornou-se sinônimo de interação e cooperação entre as pessoas, trazendo uma série de benefícios, os quais se aproximam das necessidades contemporâneas da sociedade, dentre elas a diminuição das injustiças sociais e das disparidades de crescimento econômico entre os vários espaços geográficos.

Para Luz Filho (1961, *apud* ABRANTES, 2004), com a chegada dos jesuítas, em 1610, deu-se início à ideia de uma forma associativa de produção agrícola, já comum entre os índios brasileiros. Por quase 200 (duzentos) anos este sistema prevaleceu, baseado no trabalho solidário e coletivo, e fundamentado pela ética religiosa e no mutualismo praticado pelos portugueses e transposto para o Brasil. A ideia colonialista e o reacionarismo puseram fim a estas primeiras experiências associativistas.

Não obstante, tenha aumentado o número de nascimentos de associações no país e em especial na região Nordeste, as bibliografias demonstram que boa parte das associações estão incorporando os princípios ético-políticos, democráticos e participativos no seio do associativismo.

Segundo Albuquerque (2006, *apud* SILVA, 2013), “associação é a pessoa jurídica criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”. Portanto, o objetivo primordial das associações é o bem comum e coletivo, no intuito da melhoria da vida dos seus associados.

Corroborando com a ideia, Ganança (2006) afirma que as associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes.

Desta forma, entender a atual conjuntura do associativismo na região nordeste, é conhecer e entender o movimento da Economia Solidária desde a sua gênese, como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza, assim como está inserido na carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

De acordo com Tocqueville (1998, *apud* GANANÇA, 2006), as associações são instrumentos para agregação de interesses comuns dos indivíduos, não servindo em momento algum para reivindicação do poder político. As associações, segundo o mesmo, criam nos indivíduos hábitos de colaboração, solidariedade e espírito público.

Portanto, diante a timidez do trabalho associado perante a presença de políticas públicas que o torna inoperante, externa-se a própria debilidade de um sistema cuja intenção é se tornar democrático. Sendo para tanto, necessário entre os membros de uma sociedade que anseia pela descentralização do poder, pela igualdade e justiça, ao menos ensaios quanto a co-responsabilidade, participação, autodisciplina e colaboração.

Para Laville (1994), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela ainda se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, entre os quais vale destacar: a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002).

2.2 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo o autor Singer (2002), as origens históricas da economia solidária estão baseadas no cooperativismo operário surgido na Europa no contexto da revolução industrial. Advoga que os princípios da economia solidária se inspiram nos mesmos princípios das primeiras cooperativas.

Para o autor Costa (2007), foram às profundas transformações ocorridas a partir dos anos 1970 e suas implicações para a classe trabalhadora que criaram as condições propícias para o desenvolvimento de formas de enfrentamento ao desemprego e a pobreza, entre elas a economia

solidária.

O termo economia solidária apareceu no Brasil pela primeira vez nos anos 1990, cunhado por Paul Singer, economista, doutor em sociologia, uma das personalidades mais carismáticas do movimento da economia solidária e atual Secretário Nacional de Economia Solidária (MOTTA, 2004).

Na visão de Cruz (2001), a economia solidária vem ganhando espaço e se caracteriza diferentemente da economia capitalista, pois se distingue pela autogestão, maior valorização do ser humano, inclusão econômica/social e cultural.

Conforme a Secretaria Nacional de Economia Solidária, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Segundo Dowbor (2008) “Um desenvolvimento justo, solidário e sustentável centra-se nas pessoas e no seu ambiente, apoiando-se numa democracia participativa, também econômica, que priorize processos de inclusão solidária” (DOWBOR, 2008).

Nesse sentido, uma série de categorias são utilizadas para identificar a economia solidária e em que preceitos se baseiam tais práticas. Solidariedade, cooperação, participação, autogestão, democracia somados a pressupostos como respeito ao meio ambiente, igualdade das relações de gênero e etnia, socialização dos meios de produção, compõem a teia de preceitos adotados. (AMORIM, 2010)

Ratner (2008) relata que “numa economia solidária exige-se além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade”. É nesse aspecto que a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, tornando a população em objeto passivo. Esta exige que todos participem, para que possam se tornar cidadão, sujeitos do processo histórico.

Arroyo e Schuch (2006) salienta que a economia solidária está fundamentada nos seguintes princípios, apontando que o caminho do desenvolvimento sustentável está integrado a melhor qualidade de vida: valorização social no trabalho humano - consiste nas atividades econômicas exercidas pelo homem uma maior valorização e respeito a sua força no trabalho; Desenvolvimento integrado e sustentável na sociedade – o objetivo é o intercâmbio homem/natureza; Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da

solidariedade – visa uma forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos; O trabalho como valor central na Economia solidária – o saber (a coleta de informação para geração de conhecimento), a criatividade humana que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento; O ser humano sujeito a finalidade da atividade econômica – não gerador de riquezas; Buscar a unidade entre produção e reprodução – evitando contradições do sistema capitalista; Buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul – objetivando o aumento de qualidade de vida para todos; Geração de trabalho e renda – visa combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Ainda, de acordo com Dowbor (2008),” temos que a economia solidária valoriza as pessoas, descentraliza o poder, a democracia é autogestionária, economicamente solidária e inclusiva”. Ou seja, a economia solidária vai além de um movimento econômico, este necessita estar aliado aos movimentos sociais que também almejam a melhoria da qualidade de vida de para todos. Para Cruz (2001):

A economia solidária existe e se caracteriza pelo estabelecimento de relações e de propriedade distintas das relações tradicionais presentes mercado dominado pelas relações sociais que elas rechaçam, ainda que em boa parte das vezes este rechaço resulte de experiências práticas (empíricas) e não de escolhas políticas ou ideológicas.

Para Roussel (2007):

As organizações solidárias fornecem uma resposta eficaz à degradação social, pois tem como objetivo promover a praticado compartilhamento e da solidariedade, buscando lutar contra o relaxamento das ligações sociais que se apresenta como uma causa e uma consequência desta degradação da situação econômica e social.

Nessa perspectiva a economia solidária abrange características como: assegurar o direito ao trabalho, permitir aos trabalhadores a conquista dos bens de consumo, inclusão social, produção coletiva, autogestão, desenvolvimento local sustentável e solidário, com a finalidade de transformação social e humana.

Ainda neste contexto, a participação do Estado para a conciliação dos interesses individuais e coletivos da economia solidária, esta surge na busca da igualdade de relações e a subsistência e sustentabilidade de todos que a compõem, como alternativa ao capitalismo, para formar uma sociedade mais justa e mais igualitária, para a promoção da melhoria da qualidade de

vida.

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011). O autor salienta a necessidade de superação das contradições entre os educadores e os educandos, como também diz que a educação não seria possível sem a principal ferramenta do ser humano o diálogo. Ou seja, a economia solidária vai além de um movimento econômico, este necessita estar aliado aos movimentos sociais que também almejam a melhoria da qualidade de vida de para todos.

2.3 DISCUTINDO A TECNOLOGIA SOCIAL

Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social. (BAVA, 2004).

Segundo Rodrigues *et al* (2008):

A tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada.

Como princípios norteadores quanto as ideias do que venha a ser Tecnologia Social temos: Aprendizagem e participação são processos que caminham juntos: aprender implica participação e envolvimento; e participar implica aprender. A transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica: diversos elementos se combinam a partir de múltiplas relações para construir a realidade. A transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais: não é possível haver transformação se não a partir das especificidades da realidade existente. Todo indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender: a partir do momento que está inserido numa cultura e em contato com o mundo, todo indivíduo produz conhecimento e aprende a partir dessa interação.¹

Considera-se tecnologia social todo produto, método, processo ou técnica criados para solucionar algum tipo de problema social e que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo

¹ Disponível em: http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_de_Debate_-_Tecnologia_Social_no_Brasil.pdf. Acesso em: Agosto de 2013.

custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.

É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, baseada na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de água, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, dentre outras. As tecnologias sociais podem nascer no seio de uma comunidade ou no ambiente acadêmico. Podem ainda aliar saber popular e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sua eficácia seja multiplicável, propiciando desenvolvimento em escala.

São numerosos os exemplos de tecnologia social, indo do clássico soro caseiro – mistura de água, açúcar e sal que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil – até as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam o problemas da seca no nordeste, entre outros. Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

A tecnologia social é uma denominação que vem sendo politicamente construída, abrangendo um conjunto de referenciais críticos às tecnologias convencionais, que são subordinadas ao domínio de classe e aos dispositivos de poder das grandes empresas. A tecnologia social contrapõe-se a essa lógica, atuando a partir de espaços e práticas que articulam saberes e definem táticas cotidianas de resistência das classes trabalhadores.

Desta forma, reúne iniciativas desenvolvidas por organizações populares e movimentos sociais, que enfatizam a necessidade da valorização de saberes e conhecimentos práticos dos produtores e das comunidades. Do rompimento com os modos hegemônicos de utilização, apropriação e funcionamento dos dispositivos técnicos e meios de produção, buscando formas de autonomia e de adequação sócio técnica. De considerar as tecnologias sociais na sua articulação com problemas e questões gerais da desigualdade na sociedade (acessosa meios de produção e conhecimento). Da formação de um bloco social e técnico que articule as redes de conhecimento, difusão e reaplicação das tecnologias sociais, capaz de criar um referencial constante de alternativas.

De avançar na transformação das relações de poder no plano político e das instituições de ensino e pesquisa. De estabelecer vínculos com a construção de políticas públicas de trabalho, renda e bem-estar social, impulsionando a reconfiguração das alianças entre setores da sociedade civil e da sociedade política, na busca por uma reorientação dos investimentos nas matrizes e modelos de ciência e tecnologia. De acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a

tecnologia social compreende o “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. (PASSONI, 2004).

Em face desses desafios, as concepções em torno do desenvolvimento das tecnologias sociais, por parte de organizações e movimentos sociais, destacam a importância da autogestão no âmbito das estratégias de inserção produtiva e da consolidação de esferas de mediação com a sociedade civil, que fortaleçam canais de democracia direta. As iniciativas em curso articulam-se com as formas de organização do trabalho autônomo e/ou cooperativo que ganha maior visibilidade, tanto nos momentos de transição e reestruturação produtiva, quanto nos períodos de crise social e histórica do capitalismo.

As relações de produção capitalistas, pondo restrições e sendo pressionadas pelas forças sociais produtivas, têm no potencial de cooperação do trabalho vivo não apenas uma força subordinada, mas um fator de resistência, que ultrapassa os limites de sua apropriação e uso para a produção de mais-valia.

Na ótica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é o conjunto de atividades relacionadas a estudos, planejamento, ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis que, representem soluções para o desenvolvimento social e melhoria das condições de vida da população.

A Tecnologia Social normalmente une saberes populares e conhecimentos técnico-científicos. Por ter abrangência e impacto social em grande escala, as tecnologias sociais são mais facilmente identificadas nas áreas de saneamento, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio-ambiente.

No Brasil, instituições trabalham para o desenvolvimento do conceito e a disseminação das ações de tecnologia social. Entre elas está a Rede de Tecnologia Social (RTS), criada em 2005, após debates e encontros de representantes de várias organizações da sociedade civil, governo, empresas, universidades e institutos de pesquisa e que hoje articula 752 instituições. Até então, as soluções dos principais problemas do País e as consequentes experiências de sucesso ainda ficavam restritas a algumas localidades.

Com a RTS, a adoção de Tecnologias Sociais começou a ser tratada como política pública e o desenvolvimento e apropriação desses conhecimentos pelas comunidades passaram a ser prioritários.

Através do site da RTS, as instituições participantes podem trocar experiências, difundir conhecimentos e fortalecer a dinâmica de rede. Os encontros virtuais ou presenciais tratam de temas específicos e são organizados em grupos de trabalho, de acordo com as necessidades e demandas.

Já o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS) identifica, sistematiza e dissemina práticas relativas a tecnologias sociais. O trabalho, feito em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, identifica e transmite as práticas de Tecnologia Social com a ajuda de Organizações Não Governamentais (ONGs), poder público, universidades e institutos de pesquisa, que encontram novas formas de fomentar suas ideias.

Os resultados das atividades do CBRTS são registrados em relatórios, artigos, cartilhas e arquivos eletrônicos. O material é usado para apoiar propostas de políticas públicas que se baseiem em práticas eficazes para o desenvolvimento social sustentado.

2.4 A RELAÇÃO DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na virada do século XX para o XXI, novos espaços políticos começaram a ser criados e instituídos, assim sendo apareceu um novo projeto de “sociedade civil”. Conseqüentemente, novas formas de atuação política surgiram, como os novos movimentos sociais. Esse novo projeto político apresentava uma grande novidade, qual foi a asserção do poder popular, como: as mobilizações remanescentes das ligas camponesas do nordeste brasileiro, movimentos culturais, feministas, pela livre orientação sexual, anti-racistas, ambientalistas e outros. Esses movimentos citados fomentaram uma nova compreensão acerca das relações políticas, pois tentaram representar os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio. Assim, passaram explorar a diversidade das demandas por direitos, das diversas formas de ativismo e da participação política das organizações.

De acordo com Gohn (1997) até o início do século XX, o conceito feminismo tem sua origem no século XIX, período em que os povos adotaram cada vez mais a percepção que as mulheres são oprimidas numa sociedade centrada no homem, por meio do legado do patriarcado. As primeiras manifestações desafiaram ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público (do voto, do direito como cidadã) e também, propostas mais radicais que iam além da igualdade política, mas que abrangiam a emancipação feminina,

pautando-se na relação de dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida da mulher (ALVES, 1991).

Diversas experiências caminham no sentido de se constituírem em redes regionais ou nacionais, almejando serviços de proximidade, longe de se reduzir a pequenos “bicos” desvalorizados, fontes de precariedade e de subordinação. Permitindo que as mulheres elaborem seus projetos, para que possam colocá-los em prática a partir de uma dinâmica coletiva; salientando assim, a importância de “si mesmas”, “decidir por si mesmas”, “ encontrar soluções por si mesmas”, insistindo sempre na sua capacidade de ação (GUÉRIN, 2005).

Conforme observa Oliveira (2005), a participação das mulheres na produção é elemento condicionante para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e de um modelo de desenvolvimento social que extrapole o enfoque meramente econômico, que seja primordial a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica.

O debate sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras registradas neste campo, o que demanda a necessidade de um olhar atento para o que no momento, afirma-se apenas possibilidade.

Oliveira (2008), afirma que a inserção das mulheres nas relações de trabalho não constitui um evento simples, ao contrário, ele é investido de várias problemáticas. Além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho. Elas são, na maioria das vezes, as maiores vítimas do desemprego, e quando estão empregadas são submetidas ao trabalho doméstico ou às mais variadas formas de trabalhos, que são caracterizados como precários, pois além de não conferir a elas os direitos constitucionalmente garantidos, ainda não promovem a emancipação e o reconhecimento.

As mulheres, conforme Rebelo (1997), por muito tempo ficaram enclausuradas no interior de seus lares, cabendo a elas somente a guarda dos filhos e as tarefas rotineiras. Suas atividades eram limitadas ao espaço “privado”; já os homens, ao contrário, desenvolviam suas atividades no espaço “público”, fora do lar. Essa distinção entre os tipos de participação dos sexos caracterizada na separação das esferas reprodutivas - onde é inserido o trabalho doméstico - e produtivas - trabalho assalariado -, se constitui na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, segundo Holzmänn (2002) é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos. Ainda para a mesma autora, qualquer sociedade possui definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade,

esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. Esta divisão sexual está inscrita na divisão das atividades produtivas que são associadas à ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

A referida Pesquisa-Investigação foi feita na Colônia de Pescadores de Camalaú-PB, entre junho e setembro de 2013. A mesma realizou-se *in loco*, com objetivo de pesquisa de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto (SEVERINO, 2007). A coleta de informações foi resultante da observação e convivência em meio ao espaço e aos sujeitos em estudo, afim de um melhor entendimento quando da análise do questionário e comparação entre o que foi observado e os resultados obtidos com o questionário e as entrevistas.

Os fundamentos do tipo da pesquisa foram quali-quantitativos, e por meio destes, possibilitou-se a análise acerca da realidade a ser investigada de forma mais compreensível.

No tocante aos procedimentos de coleta de dados foi utilizada a observação e um questionário aplicado a dez associadas com questões abertas, fechadas e mistas.

Quanto à análise dos dados, objetivou-se uma melhor apresentação dos resultados, utilizando-se o método estatístico descritivo e o uso de quadros e gráficos.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

O município de Camalaú está localizado na Microrregião dos Cariris Velhos, Estado da Paraíba. Limita-se ao Norte com Sumé; ao sul com São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre e Pernambuco; ao Leste com Congo; e a oeste com Monteiro, da qual foi desmembrada. Camalaú tem um Distrito, Pindurão. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), possui uma população estimada no ano de 2013 de 5.917 habitantes.

As figuras 1 e 2 apresentam respectivamente, a Igreja Matriz São José de Camalaú e a vista parcial da mesma cidade.

Figura 1 - Igreja Matriz São José de Camalaú

Figura 2 - Vista parcial da cidade de Camalaú



Fonte: Fotos extraídas da internet do site www.vitrinedocariri.com.br, no dia 10 de julho de 2013.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA

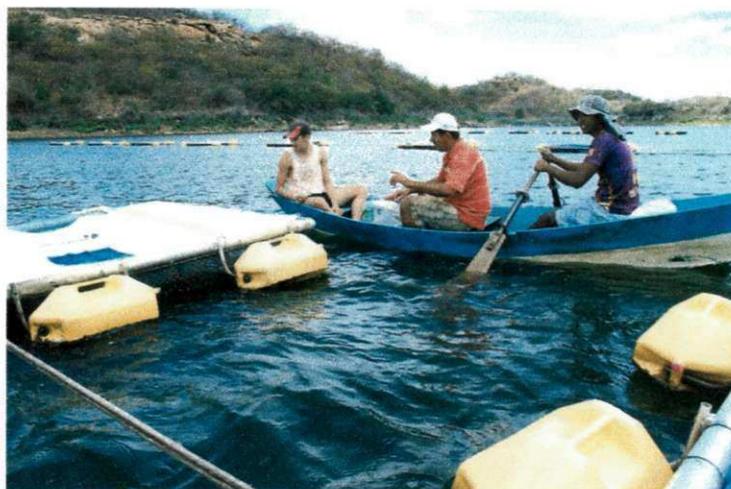
A amostra ocorreu na COPESCA em Camalaú/PB com as associadas, em que diante de um universo de 10 (dez) membros foram questionadas 100% (cem por cento) do total. Conforme Vergara (2007) *apud* Leite (2013), a população de uma pesquisa é representada por vários fatores que possuem características comuns, ou seja, características que representam os objetos de estudo.

3.4 HISTÓRICO DA COPESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Colônia de Pescadores e de Aquicultores de Camalaú (COPESCA), com sede na cidade de Camalaú, Estado da Paraíba, foi fundada no dia 22 de abril de 2004. Tendo como área territorial de abrangência os Municípios Caririzeiros de Camalaú, Sumé, Amparo, Prata, Ouro Velho, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre. Pertenciam inicialmente a Colônia os Municípios de Congo, Serra Branca, Coxixola, Caraúbas, São José dos Cordeiros, Livramento e São João do Cariri que se desvincularam, e ao se agregarem formaram novas colônias. O atual presidente, terminará o mandato em 2014. Existe a produção de peixes, com destaque para Tilápia (*Sarotherodon niloticus*) e Traíra (*Hoplias malabaricus*), e esta ocorre de forma artesanal e em tanques rede.

Figura 3: Produção de Tilápia em tanques- rede da COPESCA em Camalaú-PB

Figura 3 - Produção de Tilápia em tanques- rede da COPESCA em Camalaú-PB



Fonte: COPESCA, 2013.

3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi aplicado um modelo de questionário semiestruturado com dez associadas, sendo questões abertas e fechadas, assim distribuídas, cinco abertas, cinco fechadas e uma mista.

De acordo com Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões mais ou menos elevado apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Esta coleta de dados foi realizada na primeira quinzena do mês de setembro de 2013, após reunião extraordinária da Colônia, sem conhecimento por parte das associadas que o trabalho seria executado.

Quanto à observação *in loco*, a mesma ocorreu por meio de diversas visitas. Estas aconteceram em quatro reuniões ordinárias, uma visita feita com alguns alunos e professores do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária

no Semiárido Paraibano (UFCG-CDSA) às instalações produtivas da COPESCA e da APESCA, acompanhando a produção de traíra desfiada, coordenado por um grupo de mulheres associadas.

3.6 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Concluída a aplicação do questionário, fez-se a análise dos dados, utilizando-se o método estatístico descritivo.

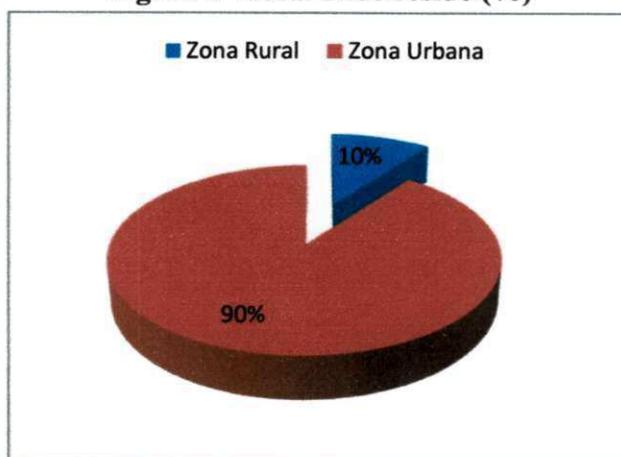
No exame dos questionários, trabalharam-se as questões da seguinte forma: as fechadas quantitativamente, as abertas qualitativamente e as mistas quali-quantitativamente. A representação das fechadas foi feita por meio de sete gráficos discutidos, a das abertas foram relatadas e discutidas e as mistas foram feitas comparações entre gráficos e quadro de respostas. Lakatos e Marconi (2001), destacam que “são representações geométricas dos dados, evidenciando seus aspectos visuais de forma sintética, clara e objetiva. São empregados para dar destaque a certas relações significativas”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo para conhecer o papel das mulheres na Colônia de Pescadores de Camalaú-PB e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária, realizou-se no período de 08/06/2013 a 31/08/2013. Trabalhou-se com um total de dez mulheres participantes do Projeto Traíra Desfiada. A partir dos dados coletados, obtiveram-se as seguintes informações das associadas.

A figura quatro apresenta o local onde residem as associadas, se na zona rural ou urbana.

Figura 4- Local onde reside (%)



Fonte: Dados da pesquisa.

A grande maioria das mulheres membros da Colônia de Pescadores de Camalaú-PB, reside na cidade, 90% (noventa por cento), o que acompanha os índices de êxodo rural existentes no Nordeste Brasileiro. Apenas 10% (dez por cento) permanecem morando no campo. (Figura 4). Conforme Camargo Abramovay (1999), a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 não arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural observadas entre 1990 e 1995 persistirem pelo restante da década, quase 30% dos brasileiros que então viviam no campo em 1990 terão mudado seu local de residência na virada do milênio.

A figura cinco traz uma representação da faixa etária das sócias.

Figura 5- Faixa Etária (%)

Fonte: Dados da pesquisa

No tocante à faixa etária a maior representação está entre as pessoas com idade de 41 a 50 anos, com 50% (cinquenta por cento), seguidas das com idade de 31 a 40 anos e acima de 51 anos, com 20% (vinte por cento) para cada uma dessas faixas etárias. (Figura 5). É uma tendência típica para as pessoas, com o aumento da idade, perceber que através do ato de se associarem cultivam a perspectiva de alcançar um benefício do Governo Federal, por fazer parte do grupo de pessoas que são consideradas como Seguradas Especiais, que normalmente não carecem contribuir mensalmente para adquirir uma aposentadoria no tempo próprio.

A figura seis apresenta a escolaridade das mulheres sócias.

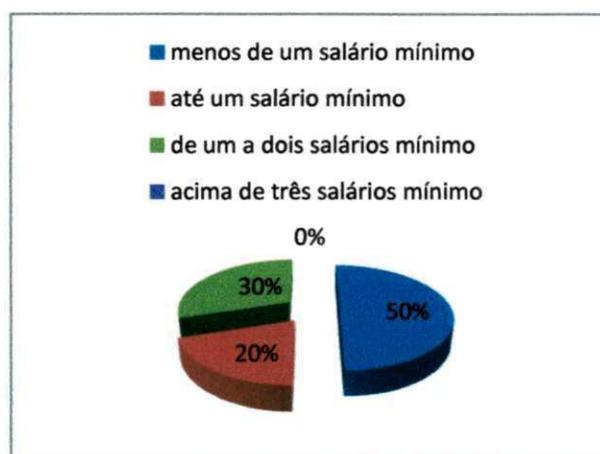
Figura 6- Escolaridade (%)

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a mostra realizada 70% (setenta por cento) tem escolaridade do 1º ao 5º ano. Conseguiram concluir o fundamental completo 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) com superior incompleto. O resultado reflete o baixo nível de escolaridade entre as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria. (Figura 6)

A figura sete demonstra o resultado da renda mensal.

Figura 7- Renda Mensal (%)



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à renda mensal, existe um predomínio entre os que ganham menos de um salário mínimo, com 50% (cinquenta por cento) das respostas para esse item, seguidos das que ganham entre um a dois salários mínimos 30% (trinta por cento) e até um salário mínimo perfazem 20% (vinte por cento). (Figura 7) É importante destacar que as pessoas que têm renda inferior a um salário mínimo são as beneficiárias dos programas sociais de transferência de renda do Governo Federal, tais como bolsa família, bolsa escola, seguro safra e congêneres. As que declararam renda de até um salário mínimo são as que, de modo geral, recebem benefícios da Previdência Social, como o seguro pago às pescadoras e pescadores no período da piracema, quando não podem pescar. As que ganham entre um e dois salários mínimos são as que, mesmo recebendo benefícios, complementam a renda, a exemplo das provenientes das atividades da pesca. Segundo Sonia Rocha (2000), para aqueles mais vulneráveis, para os quais a renda do grupo familiar não é capaz de neutralizar o alijamento do mercado de trabalho, evitar a pobreza do ponto de vista da renda depende essencialmente de benefícios previdenciários e de políticas

compensatórias do poder público. Dessas políticas depende também um amplo contingente de pobres “estruturais”, dentre os quais se incluem — em função dos baixos rendimentos na base da distribuição — mesmo aqueles que participam normalmente no mercado formal de trabalho.

É na figura oito que está o resultado com o tempo aproximado que as mulheres participam da Colônia.

Figura 8- Tempo aproximado que participam da Colônia (%)

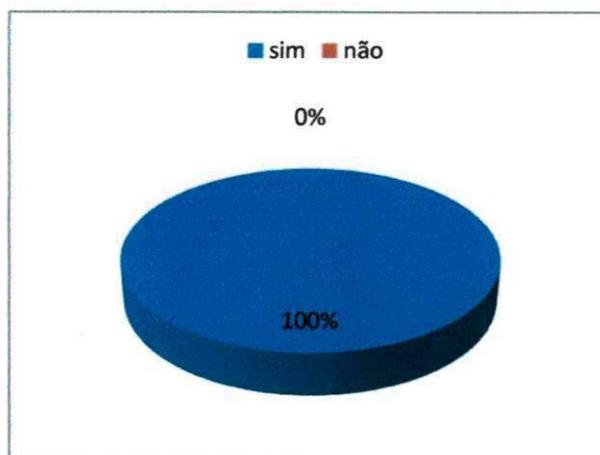


Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da amostra trabalhada na pesquisa de campo, constatou-se que 80% (oitenta por cento) das mulheres participam da Colônia aproximadamente entre quatro a dez anos. (Figura 8). Noronha (2004), afirma que a comunidade primitiva foi a primeira formação social que durante dezenas de milênios, existiu em todos os povos na etapa primitiva do seu desenvolvimento. Na comunidade primitiva, as relações de produção estavam baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção. Os instrumentos, a terra, a habitação eram propriedade comum na coletividade da horda, do clã. Não existia exploração do homem pelo homem; não havia classes nem Estado. Os homens primitivos viviam em grupos nômades e buscavam os meios de subsistência recolhendo plantas comestíveis e dedicando-se à caça, à pesca e plantando alguma coisa. Os produtos de seu trabalho eram igualmente consumidos ou divididos. De modo comum asseguravam os meios de subsistência e protegiam-se contra os perigos e as tribos vizinhas.

Na figura nove, a resposta é sobre a pergunta que indagava se a Colônia tem sede própria.

Figura 9- A Colônia tem sede própria?

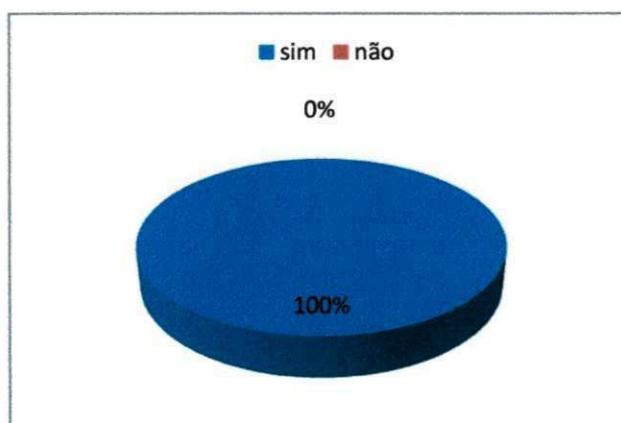


Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se entre 100% (cem por cento) das sócias um contentamento ao afirmar que a Colônia tem uma sede própria, mostrando assim, a importância de se possuir um local para se encontrar ou mesmo para resolver as pendências que ocasionalmente surgem no processo de associativismo. (Figura 9)

Na figura dez, o resultado da pergunta sobre a participação nas reuniões da Colônia.

Figura 10 - É importante a participação das sócias nas reuniões da Colônia?



Fonte: Dados da pesquisa

Consideram importante a participação de todas as sócias nas reuniões, conforme as respostas obtidas por 100% (cem por cento) delas. Com isso, demonstram o cuidado que

dispensam com a Colônia da qual fazem parte. (Figura 10)

O que levou você a fazer parte dessa Colônia?

Em sua maioria, a resposta das pescadoras foi:

Quadro 01

SÓCIAS	RESPOSTAS
Sócia 1	É importante unir força com cooperação para tentar conseguir algum benefício para os associados e suas famílias
Sócia 2	Por que através da Colônia os pescadores conseguem buscar benefícios, como linha de crédito do PRONAF para realizar empréstimos ligados à pesca.
Sócia 3	Fica mais fácil conseguir benefícios, através da Colônia.

Entende-se que as associadas têm a consciência de que a união com as demais associações facilita a luta por melhoramentos locais e que os documentos que a Colônia pode fornecer são importantes para auxiliar na aposentadoria rural, salário maternidade, auxílio doença e realizar empréstimos nos Bancos, com a linha de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Assistência a Agricultura Familiar). Assim, essa documentação torna-se prova que elas têm como pescadoras e que lhes servirão no momento oportuno. Vale ressaltar o zelo e cuidado com que as mulheres tem com seus documentos pessoais e os que conseguem agrupar como consequência do processo associativo e comunitário (Quadro 01).

O que mudou em sua vida depois de tornar-se um membro desta Colônia?

Para a grande maioria, a resposta do estudo foi:

Quadro 02

SÓCIAS	RESPOSTAS
Sócia 4	Ajudou no processo de aprendizado com novas experiências.
Sócia 5	Melhoria da renda pessoal e familiar.
Sócia 6	Maior facilidade para conseguir crédito junto às instituições financeiras.
Sócia 7	Capacitação profissional, com cursos promovidos por instituições afins.
Sócia 8	Maior facilidade para conseguir crédito junto às instituições financeiras.
Sócia 9	Melhora da autoestima.

Ficou evidenciado que havia dificuldades na luta por melhores condições de vida e que, com o acesso à Colônia, as oportunidades foram ampliadas. As mulheres sentem o ardente desejo de crescimento pessoal, familiar e comunitário. A partir destas considerações é possível afirmar que ser um membro de uma Colônia ou associação de classe é muito importante para o bem comum de determinada comunidade (Quadro 02).

O que você acha que poderia ser feito para melhorar o projeto da traíra desfiada que você participa?

A resposta das associadas do estudo foi:

Quadro 03

SÓCIAS	RESPOSTAS
Sócia 7	Maior divulgação do produto.
Sócia 8	Conseguir uma sede própria.
Sócia 9	Aquisição de equipamentos.
Sócia 10	Ampliação das vendas.

Diante das afirmativas das mulheres compreende-se que as associadas convergem para um

ideal comum: melhoria do Projeto Traíra Desfiada (Quadro 03).

Na sua opinião, quais são as principais dificuldades que o Projeto Traíra Desfiada enfrenta?

Quadro 04

SÓCIAS	RESPOSTAS
Sócia 1	Falta a matéria prima, a traíra.
Sócia 2	Crise, ocasionada pela seca.
Sócia 3	Diminuído drasticamente o nível de água nos reservatórios dos açudes da região.

Em sua maioria, as respostas das associadas do estudo foram as mesmas elencadas no item anterior, acrescentando-se que às vezes falta a matéria prima, a traíra. Situação essa agravada pela crise ocasionada pela seca, que tem diminuído drasticamente o nível de água nos reservatórios dos açudes da região (Quadro 04).

Existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual(is)?

Nada foi acrescentado pelos membros associadas da Colônia.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que, no estudo realizado, percebe-se o compromisso social, em que todas as mulheres têm objetivos que convergem numa mesma direção. Assim, é importante considerar que a Colônia de Pescadores através da organização feminina mostra a importância de agirem em conjunto com as redes sociais para melhor estruturação das ações desenvolvidas garantindo a continuidade dos trabalhos.

A Colônia de Pescadores procura constantemente proporcionar benfeitorias para o melhoramento da vida das associadas e da comunidade em geral, tendo como foco principal as atividades de pesca artesanal e de convênios com entidades públicas. Merece destaque e carece de uma melhor análise a participação das mesmas no processo de reunião em associação. Necessita de um aprofundamento, para que outras visões e estudos acadêmicos completem, ou melhor, sintetizem as pesquisas realizadas.

Verificou-se no desenvolvimento deste trabalho em todas as etapas, práticas de economia solidária desenvolvidas pelas mulheres desde o início do desenvolvimento do projeto. Observou-se também a formação escolar das associadas e constatou-se que as mesmas têm um baixo nível de escolaridade, não ultrapassando o nível fundamental, com exceções, que lhes permite ler e escrever com certa dificuldade.

Foram encontradas fortes características de economia popular solidária: cooperação, autogestão e solidariedade. E, por fim ratificar a noção de sustentabilidade como visão mais ampla, com novos padrões de consumo, relações dinâmicas entre o local e o global e a inclusão social.

Portanto, encerro o presente trabalho de conclusão de curso afirmando que se apresenta um novo tempo construído pela a luta, a força e a coragem das mulheres, que a cada dia refazem suas próprias trajetórias, que por longos séculos de história da humanidade foram marcadas por dores e sofrimentos, lágrimas e sorrisos. Mas, sempre almejando a plena emancipação nos mais amplos e diversos aspectos. Não desanimaram ou desistiram.

6 SUGESTÕES

Diante de tudo o que foi vivenciado junto com as mulheres sócias na Colônia de Pescadores de Camalaú-PB, apresento algumas sugestões que poderão melhorar as atividades produtivas. Tais sugestões englobam o pensamento das mesmas para melhor continuarem a desenvolver suas atividades.

- A divulgação do produto, a traíra desfiada, é mínima em nível regional. Não alcançando o teto desejado de comercialização, pela falta de conhecimento da existência do referido produto no comércio, conseqüentemente, as poucas vendas não melhoram o faturamento;
- Conseguir uma sede própria facilitaria o desenvolvimento das ações de cunho burocrático, além, é claro, de melhorar o ambiente físico;
- Aquisição de novos equipamentos para realização de todo o processo de beneficiamento do pescado, que é feito, totalmente, de forma artesanal;

Por fim, sugerir que as mulheres sócias da COPESCA mantenham e ampliem as suas práticas de economia solidária, acompanhem as ações que são realizadas através da diretoria da entidade, opinando e participando mais ativamente, pois, a Colônia da qual fazem parte, são elas, as principais personagens.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; HANAZAKI, Natália. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Rev Bras Farmacogn**, v. 16, n. sSupl, 2006.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- AMORIN, Luciana Martins. Relações de Gênero e Economia Solidária: um estudo na Maricultura Catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, Sem I.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular Solidária – A alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BAVA, Silvio Caccia. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- COSTA, P. de A. **Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político**. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CAMARGO, Ana Amélia, and Ricardo Abramovay. **"Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos."**, 1999.
- DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel. **Economia social no Brasil**. Senac, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: www.fbes.org.br acesso em 10 de julho de 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Orientadora Professora Doutora Lúcia Avelar. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Pública da Universidade de Brasília (UnB) Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650?mode=full>>. Acesso em: Julho de 2013.

GERMER, Claus. Marx e a Divisão do Lucro Médio em Juro e Lucro do Empresário. In: **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4º ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Vol.5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. Produção Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOLZMAN, Lois Hood; DANIELS, H. Pragmatismo e materialismo dialético no desenvolvimento da linguagem. **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo: Loyola, 2002.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brower, 1994. Disponível em: <<http://developpementdurable.revues.org/6022>>. Acesso em Agosto de 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de tecnologia científica**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Silvana Nair; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. **Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para a discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura**. Centro, 2003.

LUIZ FILHO, F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. 5 edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MOTTA, E. de S. M. G. **A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária**. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/113>>. Acesso em Junho de 2013.

NORONHA, O. "Cooperativismo Sócio-Comunitário e Educação: reflexões históricas e possibilidades atuais." *Revista Educação e Cidadania* 3, 2004.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudança de Vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

RAMPASO, Sônia Elisete. **"Proposta conceitual de zoneamento ambiental para o Município de Erechim (RS)"**, 2010.

REBÊLO, José MM; GARÓFALO, Carlos A. Comunidades de machos de Euglossini (Hymenoptera: Apidae) em matas semidecíduas do nordeste do Estado de São Paulo. *An. Soc. Entomol. Brasil*, 1997.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI**. São Paulo: LTr, 2000.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Vol. 721. IPEA, 2000.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Ver Adm. Pública, v. 42, n. 6, 2008.

SCHMITTER, P.C. La consolidación de la democracia y la representación de los grupos sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed.rev.e.atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: www.tecnologiasocial.org.br, acesso em 20 de agosto de 2013.

TOCQUEVILLE, A. de. **"A democracia na América: leis e costumes (De certas leis e certos costumes políticos que foram sugeridos aos americanos por seu estado democrático)**. Trad. Eduardo Brandão.", 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. Estreitando relacionamentos na educação a distância. **Cadernos EBAPE. br**, v. 5, n. SPE, 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezada sócia da Colônia de Pescadores de Camalaú – PB, o presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos integrantes do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - CDSA/UFCG, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, cujo objetivo central é analisar o papel das mulheres na Colônia de Pescadores e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes, que neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certa de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Ciente de sua valiosa contribuição, agradeço antecipadamente.

Maricélio Januário da Silva. E-mail: mariceliojanuario@hotmail.com

Aluno da Especialização EJA/ECOSOL – CDSA – Campus Sumé -PB

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. Faixa etária:

18 a 21 anos 22 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos acima de 51 anos

2. Quanto tempo aproximadamente a senhora participa da Colônia de Pescadores de Camalaú – PB?

menos de 03 anos 4 a 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos

3. Sua escolaridade:

alfabetizado não alfabetizado 1ª a 4ª série

fundamental incompleto fundamental completo

superior incompleto superior completo

4. Qual é a sua renda mensal?

menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimo

até 1 salário mínimo acima de 3 salários mínimo

5. Local da Residência?

Zona Rural Zona Urbana

6. Você acha que é importante a participação das sócias nas reuniões realizadas pela Colônia de Pescadores – Camalaú/PB ?

sim não

7. O que levou você a fazer parte dessa Colônia?

08. O que mudou em sua vida depois de tornar-se um membro desta Colônia?

09. O que você acha que poderia ser feito para melhorar o projeto da traíra desfiada que você participa?

10. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades que o projeto da traíra desfiada enfrenta?

11. Existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual(is)?

Obrigado!

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-CDSA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Esta pesquisa é sobre: o papel das mulheres na Colônia de Pescadores e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária e está sendo desenvolvida por Maricélio Januário da Silva, aluno do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano - CDSA/UFCG, sob a orientação do Prof. M.Sc. Robson Fernandes Barbosa.

Os objetivos do estudo são: analisar o papel das mulheres na Colônia de Pescadores e se suas práticas estão adequadas aos princípios da Economia Solidária. Especificamente, identificar práticas de economia solidária das mulheres associadas na Colônia de Pescadores; analisar as relações de gênero existentes e a sua importância na estrutura organizacional e atividades produtivas da Colônia; caracterizar a produção da “Traíra Desfiada” como sendo uma Tecnologia Social.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

O(s) pesquisador (es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Participante

Assinatura da Testemunha

Camalaú-PB, ____ / ____ /2013.

ANEXO A- ESTATUTO SOCIAL DA COPESCA

COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-25 - COPESCA "Paulino Pereira de Araújo"



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA DENOMINAÇÃO DOS FINS E DA SEDE

Artigo 1º – A COLONIA PESCADORES E AQUICULTORES Z – 25- COPESCA- "PAULINO PEREIRA DE ARAÚJO" é uma sociedade civil, sem fins econômico, autônoma, órgão de classe dos pescadores artesanais e profissionais, fundada em 22 de abril de 2004, com sede na cidade de Camalaú e foro na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba, localizada na Rua Duque de Caxias, 350 – Bairro Centro - CEP. 58.530 - 000, está registrado sob o nº de Registro 1.250, folha 31v do Protocolo A nº 2, nas folhas 130 v/132 de Livro e Registro de Pessoas Jurídicas de nº A-2 sob o nº de Ordem R-164, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas – 1º Ofício, da cidade de Monteiro-PB, aos 13 de maio de 2004, em cumprimento ao que ficou deliberado na ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 22 de abril de 2004, resolve alterar seus Estatutos, cuja redação é a Que segue já a partir deste artigo preliminar.

Artigo 2º - Na forma da Lei Nº 11.699 de 13 de Junho de 2008 que regulamenta As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal de 1988, que confere o Status de Colônia de Pescadores e Aquicultores Z – 25 - COPESCA- "Paulino Pereira de Araújo", da Região, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos pescadores e pescadoras profissional e pescadores e pescadoras artesanal nas águas doces correspondente a base territorial de 19 (dezenove) nos Municípios de Camalaú, Congo, Coxixola, Carauabas, Amparo, Assunção, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Prata, Parari, Sumé, Serra Branca, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Taperoá e Zabelê, conforme estabelece a Constituição Federal e legislação infraconstitucional vigente, com o intuito de colaborar com os poderes públicos e demais entidades

José de Lima Barroso
Diretor

[Handwritten signatures]

Bel. Indício José
Advogado